

PALAVRA DE



VIGILANTE



Boletim
de trabalhadores
do setor
da vigilância
privada

Nov 2022, nº2

Lutar contra a política de empobrecimento da maioria absoluta!

O Governo escolheu passar a fatura para trabalhadores e pensionistas. Com o custo de vida a disparar, passou meses a dizer que a inflação seria transitória e adiou medidas urgentes. Recusou controlar preços e aumentos salariais intercalares, que teriam protegido os rendimentos. Não tocou nos lucros extraordinários acumulados durante meses de dificuldades para a maioria.

Já com o poder de compra esmagado pela inflação nos últimos meses, decidiu um apoio extraordinário muito insuficiente tendo em conta a perda de um salário (em 14) durante o ano de 2022. Aplicou um corte permanente nas pensões e definiu atualizações salariais que implicam uma perda permanente do valor real dos salários. Com esta política de empobrecimento, conseguiu acordos com os

patrões e mais uma cedência da UGT. E apresentou um Orçamento de Estado a condizer, com aperto para o povo e borlas fiscais para os grandes grupos económicos.

Os acordos só beneficiam mesmo os patrões, porque não há nenhuma garantia de aumentos salariais no privado e, mesmo se os anunciados 5% se concretizassem (as empresas não se comprometem com isso), os trabalhadores ainda estariam a perder poder de compra face à inflação. Na função pública, a atualização média não compensa sequer metade da perda acumulada sob a inflação.

O Governo tenta exibir diálogo social e vender a ideia de estabilidade, mas esta é a política de imposição da maioria absoluta, sem qualquer compromisso com os trabalhadores ou com os partidos de esquerda. É tempo de juntar forças, de mobilizar na luta pelo salário e contra o empobrecimento.

RECUSAMOS EMPOBRECER!



Os e as vigilantes vivem esta situação de forma especialmente dramática, num setor de salários baixos e precariedade, em que está cada vez mais difícil chegar ao final do mês. Com os salários corroídos pela inflação, a luta pela atualização salarial é a prioridade imediata da ação sindical de classe. O STAD está a discutir com os patrões a revisão do contrato coletivo e das tabelas salariais. Entre meados de agosto e o início de setembro, foram realizados plenários em vários pontos do país para discutir as reivindicações, sendo claro que o ponto de partida é uma atualização salarial sem perda de poder de compra. O STAD integra uma plataforma com outros sindicatos e as negociações diretas com os patrões terão início a 10 de novembro.

AGENDA DO TRABALHO DIGNO

Governo recuou onde havia avanços e não altera injustiças na lei laboral

Anunciada como uma mudança no combate à precariedade e no reforço dos direitos laborais, a proposta do Governo ficou muito aquém dos anúncios.

Depois de uma primeira versão há um ano, a maioria absoluta cedeu aos patrões e retirou muitas das medidas que resultavam da pressão da esquerda. O diploma final manterá as regras da troika (cortes nos dias de férias, no pagamento das horas extra e descanso compensatório, na indemnização por despedimento), não toca em matérias fundamentais da desigualdade nas relações laborais e está longe de ser um novo paradigma no combate à precariedade e de trabalho digno. O Governo apagou do diploma final medidas

que a esquerda negociou e que seriam muito importantes para o setor da vigilância, como a transparência nos custos com o trabalho das empresas concorrentes (para combater o dumping) e a obrigação de celebrar contratos de trabalho com direitos.

O Bloco insiste nessas medidas ao longo do debate orçamental, além de um conjunto muito alargado de propostas: a reversão dos cortes da troika, o fim da regra que impede o trabalhador de contestar o despedimento ilícito por receber a compensação, o direito ao contrato nas plataformas digitais, a defesa da contratação coletiva e do princípio do tratamento mais favorável, o reforço das licenças de parentalidade ou a proteção dos trabalhadores por turnos, entre outras.

SINDICALIZA-TE!

Tudo o que os trabalhadores hoje têm foi conquistado pela luta. Muito caminho há a fazer na luta pelos direitos da nossa classe. Inscreve-te no sindicato, mas não só quando precisas.

A quota que pagas hoje é o apoio do colega que hoje enfrenta problemas e pode ser o teu apoio de amanhã. Sindicaliza-te e participa! No setor da vigilância privada, o sindicato de classe é o STAD - Sindicato dos Trabalhadores das Atividades Diversas, filiado na CGTP.

ENCONTRO NO PORTO

Encontro de vigilantes juntou forças para a luta pelo salário e contra os abusos



Sob o lema “A palavra aos vigilantes”, o encontro organizado pelo Bloco de Esquerda no passado dia 2 de julho juntou, no Porto, dezenas de vigilantes da segurança privada. Foram discutidas as perspetivas de luta e da organização de classe no setor, partilhando experiências e lutas que têm sido travadas, mas também debatendo dúvidas e propostas sobre a legislação laboral que afeta mais diretamente os vigilantes.

Entre os abusos patronais que dominam o setor, o programa do encontro deu destaque ao desrespeito pelas normas da transmissão de estabelecimento, que é uma das principais formas de pressão sobre os direitos laborais na segurança privada. Sucedem-se ilegalidades, com o afastamento de vigilantes dos postos de trabalho, muitas vezes depois de vários anos, na sequência da substituição de empresas no mesmo serviço.

Este incumprimento do direito ao posto de trabalho e à antiguidade quando há troca de empresas é muito frequente nos serviços do Estado, que continua a contratar empresas que não cumprem a lei. Foram debatidas as formas de luta nestas situações, a partir das experiências concretas em que houve resistência e até algumas vitórias (como nos

postos do Ministério do Trabalho). Além da ação dos trabalhadores e a denúncia da conduta das empresas, foi sublinhada a importância de responsabilizar o Governo nestes casos, que tem o poder de forçar o cumprimento da lei na execução dos contratos que celebra.

Foram ainda discutidos os abusos comuns no setor. Nomeadamente, os horários excessivos, o incumprimento do salário base e o trabalho extraordinário não pago, os pagamentos “por debaixo da mesa” de componentes do salário ou ainda o pagamento do salário “por pacote”. Nas intervenções, que incluíram as de diversos delegados e ativistas sindicais, esteve muito presente a preocupação com o efeito da inflação.

PERANTE A DEGRADAÇÃO DO PODER DE COMPRA DOS TRABALHADORES QUE AUFEREM SALÁRIOS JÁ MUITO BAIXOS, A LUTA É PELO AUMENTO REAL DOS SALÁRIOS, EXIGÊNCIA QUE UNE OS VIGILANTES.

No encerramento do encontro, interveio como convidado o dirigente do STAD Rui Tomé, que destacou a importância da mobilização para fazer cumprir a lei e os direitos laborais no setor. Perante a generalização das práticas abusivas das empresas e a passividade do Estado, salientou a importância da sindicalização e da denúncia dos abusos, de

mobilizar em cada caso concreto e, quando necessário, recorrer aos tribunais pelos direitos dos vigilantes. O dirigente sindical apresentou como prioridade imediata a luta por aumentos acima da inflação, apelando à necessária união em torno deste objetivo, antecipando uma negociação difícil com as empresas que poderá obrigar a formas de luta mais duras.

O deputado José Soeiro, por seu turno, reafirmou o compromisso do Bloco de Esquerda com a luta dos vigilantes, não só na sua ação legislativa e parlamentar, mas também na ação militante dos bloquistas no campo sindical e na organização da classe. Recordou o empenho dos deputados do Bloco na alteração da norma da transmissão de estabelecimento, defendendo que, apesar dos avanços, esta norma “tem vindo a ser esvaziada pelas estratégias patronais e por algumas decisões judiciais”. O deputado identificou três elementos decisivos e comuns à luta de toda a classe trabalhadora: o salário, os horários e as condições de trabalho. Defendeu aumentos salariais acima da inflação em todos os setores e lembrou que, na vigilância privada, o Estado é o principal contratante das empresas do setor. Para Soeiro, a luta pelo aumento real dos salários na vigilância “será também uma batalha política, dirigida pelo sindicato e protagonizada pelos trabalhadores”.

Linha da frente: vigilantes em audição no Parlamento Europeu

Uma delegação de vigilantes portugueses participou numa audição realizada no passado dia 29 de setembro, em Bruxelas, que juntou especialistas e trabalhadores da linha da frente. A audição foi promovida pelo grupo parlamentar europeu da Esquerda, no âmbito da Comissão Especial COVI, dedicada ao balanço da resposta europeia à pandemia.

Os vigilantes presentes relataram injustiças vividas durante a pandemia.

Foi assinalado que, apesar de serem a primeira cara nos serviços públicos num momento crítico, aos vigilantes nunca foi reconhecido que são trabalhadores essenciais. Assim, ficaram expostos por não terem acesso à vacinação prioritária ou sequer, na maioria dos casos, a equipamentos



de proteção individual. Foram também denunciados abusos relativos a horários excessivos e a despedimentos ilegais em plena pandemia. Também estiveram presentes trabalhadores de outras profissões da primeira linha do combate à pandemia, como da saúde, das limpezas, das cantinas, do trabalho social ou da hotelaria, bem como cuidadores informais. A deputada bloquista Marisa Matias, que organizou esta audição, assinalou a importância dos testemunhos para que não se voltem a repetir os erros da pandemia e para que estes profissionais sejam valorizados.

PORTO DE LEIXÕES E MINISTÉRIO DO TRABALHO NO ALGARVE

Horários acima do limite legal, não pagamento do trabalho extraordinário, também do subsídio de férias e de alimentação, recusa da marcação de férias, atraso na entrega dos recibos de vencimento.

Luta dos trabalhadores obrigou a Ronsecur a parar abusos

Os abusos da empresa Ronsecur sucederam-se nos postos do Ministério do Trabalho do Algarve e no Porto de Leixões, mas a luta dos vigilantes obrigou a empresa a recuar. Não baixaram os braços, denunciaram e uniram-se em torno da ação sindical do STAD.



Pressionado pela marcação da greve para 3 e 4 de outubro e pela perspectiva de paralisação destes serviços, o Governo acabou por impor o cumprimento da lei à empresa. Em reunião entre Governo, sindicato e Ronsecur, a empresa comprometeu-se a regularizar todas as matérias, o que levou à suspensão do pré-aviso de greve.

Esta luta demonstra que a união dos vigilantes faz toda a diferença e pode travar os abusos das empresas, ainda mais nos organismos do Estado. Não estamos condenados a aceitar o desrespeito pelos nossos direitos. Somos trabalhadores e trabalhadoras essenciais para os serviços públicos funcio-

nam, com a nossa união podemos obrigar o Governo a garantir que a lei se cumpre nos serviços públicos.

LUTA DOS VIGILANTES GARANTE DIREITOS NOS POSTOS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO NO ALGARVE

Em junho passado, a Ronsecur substituiu a empresa anterior nos postos algarvios da Segurança Social e do IEFP. Ainda antes de iniciar atividade, procurou intimidar os cerca de 70 vigilantes destes postos, ameaçando não pagar a totalidade dos subsídios de férias e Natal, comunicando um horário base acima da lei e impondo o pagamento do trabalho extraordinário "por baixo da mesa". Os vigilantes e o STAD denunciaram a situação, o Bloco questionou o Governo e a empresa teve de pagar os subsídios. Com o início do contrato, a Ronsecur manteve os abusos nos horários e no pagamento das horas extra, impedindo ainda os vigilantes de marcarem férias. Em setembro, os vigilantes foram confrontados com escalas de trabalho com um horário base ainda mais excessivo, sob o argumento de que se tratava de uma medida de adaptabilidade. Os vigilantes uniram-se e, depois de um plenário muito participado, o STAD avançou para a entrega do pré-aviso de greve. A mobilização para a greve era muito forte, o funcionamento dos serviços estava em causa. Foi essa força que obrigou o Governo a agir e a Ronsecur a recuar.

DUMPING NO ESTADO

Estado continua a promover dumping na segurança privada



O Estado é o principal promotor do dumping social no setor da vigilância privada, ao contratar por preços abaixo do custo real dos serviços. Esta é uma das conclusões do último Relatório Anual de Segurança Privada, elaborado pelo Ministério da Administração Interna e pela PSP.

Sendo uma realidade que conhecemos há muito, ela é reconhecida pelo próprio Governo e pelas autoridades. O relatório, relativo ao ano de 2020, descreve uma realidade assustadora: 78% dos concursos públicos para contratar segurança privada foram adjudicados a um preço inferior aos custos necessários para realizar o serviço.

Os e as vigilantes são as primeiras vítimas, com trabalho não declarado e direitos negados. As empresas aderem aos concursos com estes valores, porque depois roubam os direitos dos vigilantes: horários excessivos, trabalho extraordinário não remunerado, pagamento de horas extra “por baixo da mesa” e todo o tipo de ilegalidades. Um roubo patrocinado pelo Governo, que sabe estar a

poupar em serviços essenciais à custa do esmagamento do salário dos vigilantes. É esta a razão para o recurso ao outsourcing: em vez de integrar nos seus serviços as pessoas de que necessita, o Estado comprime o valor dos salários.

O Estado e a Segurança Social também são lesados pelo abuso da lei, pois esta é também uma forma de as empresas fugirem ao pagamento de impostos e contribuições.

A chamada Lei da Segurança Privada foi alterada em 2019 e passou a prever a responsabilidade solidária das entidades contratantes e também a constituição de equipas multidisciplinares (compostas pela Segurança Social, Finanças, Autoridade para a Concorrência, ACT e PSP) para fiscalizar o cumprimento da lei. No entanto, passados três anos, a lei continua por regulamentar e as equipas multidisciplinares não foram criadas. O próprio relatório do Governo assinala que “urge terminar o processo de constituição das equipas multidisciplinares, intensificando a ação inspetiva”.

VIGILANTES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO ILEGALMENTE DESPEDIDOS CONTINUAM SEM SOLUÇÃO

O Ministério da Educação continua sem nada fazer para reintegrar os três vigilantes ilegalmente despedidos, no passado mês de Março. Depois de muitos anos no Ministério, foram afastados do seu posto de trabalho pela empresa Noite e Dia, quando esta venceu o concurso e substituiu a empresa anterior. Não desistiram e denunciaram a situação. O STAD representou a sua luta, apoiou a ação judicial para reconhecer o direito aos postos de trabalho e organizou uma concentração de protesto. Mas o Ministério da Educação escolheu lavar as mãos e os vigilantes ficaram sem trabalho. Passados 9 meses, a sua situação é cada vez mais difícil.

O Bloco de Esquerda questionou de imediato o Governo, exigindo a atuação do Ministério: ou obriga a empresa que contratou a respeitar a lei, ou cessa o contrato com uma empresa que se recusa a cumpri-la.

Perante a ausência de resposta, o Bloco questionou novamente o Ministério em Julho. Apenas no passado mês de Outubro chegou uma resposta, limitando-se a dizer que o caso está em tribunal. Na prática, está a abandonar vigilantes que há vários anos asseguram aquele posto de trabalho. Uma posição irresponsável e de grande insensibilidade. E que vai contra as próprias indicações do Ministério do Trabalho, que rasgou o contrato com uma empresa que se recusou a respeitar a lei em matéria de transmissão de estabelecimento.



.04

XII Encontro Nacional do Trabalho

O XII Encontro Nacional do Trabalho organizado pelo Bloco de Esquerda será um espaço de reflexão e partilha de experiências entre ativistas laborais de diferentes setores. O Encontro discutirá a resposta à inflação e às políticas de empobrecimento do Governo, mas também as alternativas à exploração e à precariedade nas propostas legislativas e na organização de classe. Inscreve-te em <https://bit.ly/EncontroTrabalho2022>

